

O EMPRESARIADO BRASILEIRO VAI A CHINA? PRÁTICAS EMPRESARIAIS NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES BRASIL-CHINA NO GOVERNO LULA 3 (2023-2024)

Autores:

SÉRGIO BRAGA¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3397-0575>

EMAIL: ssssbraga@gmail.com

Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, Brasil.

ANGELITA MATOS SOUZA²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7199-9999>

EMAIL: angelitams2010@gmail.com

Universidade Estadual Paulista, Campinas-SP

RESUMO: O objetivo do paper é fazer uma caracterização dos perfis das empresas e dos empresários brasileiros e chineses que participaram dos acordos Brasil-China assinados em abril-maio de 2023, bem como do comportamento político desses atores ao longo dos últimos períodos governamentais no Brasil. Procuramos responder às seguintes questões: a) quais foram os perfis dos empresários e das empresas que compuseram a delegação brasileira na visita à China? b) quais os comportamentos observados por estes atores ao longo dos últimos governos?; c) como os acordos firmados entre Brasil e China podem ser interpretados à luz das relações econômicas estabelecidas pelos dois países nas últimas gestões governamentais? Procuraremos demonstrar a proposição segundo a qual os principais segmentos empresariais presentes na delegação brasileira à China são aqueles que defendem uma associação não-dependente com capitais estrangeiros, inclusive os chineses, conforme demonstrado pela literatura recente. Como metodologia, faremos uma análise sistemática dos acordos comerciais e diplomáticos firmados pelos dois países ao longo do ano de 2023, bem como um perfil socioeconômico dos atores empresariais que participaram das delegações das viagens de empresários brasileiros do Brasil à China, assim como sistematizaremos as evidências disponíveis do comportamento político observado por estes atores ao longo dos três últimos períodos governamentais. Os resultados parciais alcançados indicam três achados básicos: a) o padrão de relações comerciais e diplomáticas entre Brasil e China voltaram aos níveis do segundo governo Dilma, com elevado número de acordos comerciais e diplomáticos entre os dois países; b) há ligeiro predomínio de empresas e instituições públicas chinesas como participantes dos acordos, embora tenha se reduzido as assimetrias entre instituições públicas e privadas observadas em períodos governamentais anteriores; c) os setores empresariais predominantes nas delegações brasileiras são aqueles representantes de cadeias de processamento de bens do agro negócio de alto valor agregados, indicado uma restauração da aliança das lideranças petistas com esses segmentos empresariais, a qual rompida por ocasião do governo Temer e no período ao impeachment de Dilma Rousseff.

Palavras-chave: acordos comerciais Brasil-China; empresariado; governo Lula 3.

Abstract: The aim of this paper is to characterize the profiles of Brazilian and Chinese companies and entrepreneurs who participated in the Brazil-China agreements signed in April-May 2023, as well as the political behavior of these actors over the last two government periods in Brazil. In this regard, we seek to answer the following research questions: a) What were the profiles of the entrepreneurs and companies that comprised the Brazilian delegation visiting China? b) What behaviors were observed by these business segments throughout the last governments? c) How can the agreements between Brazil and China be interpreted in light of dependency theory? We will seek to demonstrate the proposition that the main business segments present in the Brazilian delegation to China are those that the literature has characterized as the "internal bourgeoisie," meaning actors who advocate a non-dependent association with foreign capital, including the Chinese, which explains the posture of "adaptive pragmatism" revealed by these business segments throughout the recent political developments in Brazil.

Keywords: dominant bloc; dependency; entrepreneurship; internal bourgeoisie.

¹ Sérgio Braga é professor permanente do programa de pós-graduação em Ciência Política do PPGCP-UFPR, bolsista produtividade do CNPq, e pesquisador do INCT-DD. Link: <https://inctdd.org/portfolio/sergio-soares-braga/>

² Angelita Matos Souza (UNESP) é Professora Assistente Doutora (Livre-Docente) no Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (IGCE, UNESP), Câmpus de Rio Claro/SP, lotada no Departamento de Geografia e Planejamento Ambiental (DGPA).



1. INTRODUÇÃO: O PROBLEMA³

Em março de 2023, a mídia corporativa brasileira noticiou amplamente a visita de empresários e executivos de empresas brasileiras à China, que acompanharia a delegação do governo ao país asiático. A viagem oficial acabaria adiada para abril, devido a problemas de saúde do presidente Lula; o adiamento ocorreu quando alguns representantes de empresas brasileiras já estavam na China e lamentando a ausência do presidente por motivo de enfermidade⁴. De acordo com as notícias veiculadas pela mídia corporativa e também da mídia institucional de diversas associações de classe, a maioria dos empresários e executivos que foi à China entre 20 e 30 de março atuava no setor agropecuário e acompanhou a comitiva do ministro Carlos Fávaro (Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA).⁵ Estavam ali para o Fórum China-Brasil (e outros encontros), promovido pelo *Centro Brasileiro de Relações Internacionais* (CEBRI) e *Center for China and Globalization* (CCG), que contou com a presença de representantes de importantes empresas brasileiras, tais como a Suzano, Vale, JBS, Sigma Lithium, BOCOM BBM, Cargill, SPIC Brasil, Syngenta, dentre outras.

Na grande mídia brasileira, em geral, foi destacada a presença de envolvidos em notícias de irregularidades, acusações de desmatamento ou mesmo crimes contra o erário público. Entretanto, ao contrário desse enquadramento de periódicos com público-alvo orientado para as camadas médias, as mídias ligadas ao mundo empresarial, inclusive do agronegócio, geralmente considerado bolsonarista, expressaram otimismo com relação à (re) aproximação com o país asiático, noticiando farta e positivamente a viagem da delegação brasileira ao parceiro comercial chinês. O objetivo desse paper é explorar com mais sistematicidade os fatores subjacentes a esta tensão no enquadramento midiático sobre a reaproximação de Lula e do agronegócio com a China, associando esse fenômeno com os conflitos e divergências de perspectiva existentes na cena política brasileira entre vários setores do empresariado autóctone e seus respectivos apoiadores.

Nesse sentido, procuraremos caracterizar com mais precisão o perfil sociopolítico dos representantes empresariais brasileiros que foram à China, bem como das empresas chinesas que

³ Paper apresentado ao XII Encontro da ALACIP realizado em Lisboa-Portugal em julho de 2024.

⁴ O ministro voltaria a China em abril, com a comitiva presidencial. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2023/03/27/adiamento-de-viagem-de-lula-a-china-frustra-empresarios.ghtml>, acesso em 20/01/2024.

⁵ Lista dos empresários disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/03/comitiva-empresarial-viagem-china-mar-2023.pdf>, acesso em 20/01/2024. Para a elaboração da lista dos empresários bem como dos acordos mencionados mais à frente nos artigos foram utilizadas fontes oficiais.



participaram dos acordos firmados entre os dois países, dando um passo adiante das notícias via de regra superficiais veiculadas pela mídia. Procuraremos, no entanto, abordar este problema situando-o num contexto analítico mais abrangente, problematizando a ação política dos vários segmentos empresariais no Brasil recente e sua relação com os diferentes governos, bem como associando essa ação empresarial com a questão da inserção externa do Brasil no atual contexto geopolítico internacional. Procuraremos, assim, desenvolver a abordagem de outros autores que buscaram analisar as práticas empresariais dentro de um contexto sistêmico mais amplo, abrangendo também a inserção externa do Brasil, dando continuidade a estudos anteriores, empreendidos por outros autores e por nós mesmos (Saes, 2007; 2014; Bresser-Pereira, 2014; Braga & Montrose, 2017; Boito Jr., 2018, 2023; Martuscelli, 2018; Mattos, 2021).

Abordaremos estes problemas na seguinte sequência: Inicialmente apresentaremos brevemente alguns aspectos da abordagem adotada neste artigo, esclarecendo conceitos básicos que serão empregados na análise. Após, apresentaremos a metodologia a ser utilizada na análise, seguida dos principais resultados encontrados, bem como fazendo uma breve discussão com a literatura sobre a temática. Buscaremos assim dar um passo adiante nos estudos feitos até aqui na medida em que: a) buscaremos operacionalizar empiricamente este conceito usando como referência um pequeno grupo de empresas e empresários, passíveis de tratamento “prosopográfico”; b) procuraremos comparar as características desse segmento empresarial com outro segmento externo (ou seja, as empresa chinesas), num momento de realização de acordos comerciais entre ambos; c) buscaremos articular essa abordagem com uma reflexão sobre o comportamento político empresarial, dentro de um contexto político e externo mais amplo.

2. A ABORDAGEM: FRACIONAMENTO DE CLASSE, COALIZOES DE INTERESSES E CONFIGURAÇÃO DO BLOCO DOMINANTE NAS SOCIEDADES CAPITALISTAS.

Nos últimos anos tem sido vasto o universo de estudos sobre a prática política das classes dominantes e dos empresários no Brasil (Mancuso, 2007). Entretanto, boa parte desses estudos se insere dentro das tradições teóricas da sociologia política pluralista, elitista ou “neoinstitucionalista”: trata-se de detectar como os interesses empresariais (“difusos” ou “organizados”) atuam na arena política e influenciam o processo decisório, o qual é conduzido por “governos” e elites governantes orientados basicamente em prol do “interesse público”. Além de detectar a presença ativa de “interesses privados” na arena política (na forma de *lobbies*,



grupos de interesse, financiadores de campanha etc.), um resultado frequente dos estudos inseridos nessa problemática é o de constatar a “captura” das arenas decisórias governamentais ou mesmo da esfera pública por interesses empresariais, fenômeno que, para muitos desses analistas, poderia ser considerado como uma *anomalia* na medida em que o papel dos órgãos estatais seria não o de garantir a reprodução de uma estrutura de dominação na sociedade através da aplicação de um direito de propriedade que sanciona a dominação econômica sobre os trabalhadores, mas sim tratar os diferentes atores equitativamente com vistas a promover a “igualdade” e o bem estar público de uma determinada comunidade. Um aspecto frequente dessas abordagens sobre a ação política do empresariado brasileiro é o de que o examinam como um ator político individual ou isolado, não enfatizando as suas relações dinâmicas com outros atores do sistema político.

Um resultado frequente dessa postura analítica e dessa agenda de investigação é a de estarem focados excessivamente no exame de um ator empresarial isolado (“os industriais”, “o agronegócio”, os “banqueiros” etc.), analisando especialmente a ação corporativa destes últimos (financiamento eleitoral, atuação como grupo de pressão, ação no parlamento etc.), sem inserir este exame num quadro analítico mais abrangente que permita analisar as práticas empresariais (especialmente as práticas políticas) num contexto mais amplo, que possibilite uma compreensão dos conflitos macropolíticos travados numa comunidade política qualquer. De nosso ponto de vista, “inserir as práticas políticas empresariais num contexto mais amplo” implica adotar os seguintes procedimentos analíticos: a) verificar se as práticas ou ações coletivas examinadas podem contribuir para configurar os atores examinados como *frações de classe*, ou seja, como um subgrupo diferenciado do conjunto mais amplo das classes ou estratos dominantes capazes de influenciar significativamente as macro-políticas adotadas pelos diversos governos; b) inserir as práticas dessas frações de classe num quadro sistêmico mais abrangente, buscando examinar como elas se situam no contexto do funcionamento de blocos dominantes que configuram as diferentes sociedades de classe; c) verificar como este processo se articula às diferentes estratégias de gestão de coalizão de interesses e de formulação de políticas estatais por diferentes governos nas sociedades capitalistas, tanto centrais como periféricas.

Sendo assim, este estudo procurar partir de uma problemática um pouco distinta para a análise das práticas políticas empresariais. Buscaremos inserir as atividades dos segmentos empresariais examinados dentro de uma *teoria do bloco dominante e de exercício da hegemonia no interior deste bloco*, ou seja, de um conjunto de proposições que gera a expectativa de que o que vigora nas sociedades capitalistas é a garantia dos interesses dos estratos dominantes por parte de uma burocracia organizada em termos capitalistas, segundo as normas fundamentais



latentes do burocratismo burguês (Mutti & Segatti, 1978). A obediência a estas normas pelas burocracias capitalistas e a consequente difusão de seus valores e mitos correlatos por uma dada coletividade (igualdade civil perante a lei, tal como corporificada nos códigos civil e comercial; crença na equitatividade do tratamento dos “cidadãos” pela autoridade pública; hierarquização das organizações segundo critérios formalmente meritocráticos e não-estamentais; soberania do “povo” entendido como uma somatória abstrata de cidadãos equalizados juridicamente), por um lado, inviabiliza a apropriação coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores associados, interditando a gestão comunitária e verdadeiramente socialista das unidades produtivas e da coletividade global pelos trabalhadores, considerando tais propostas de gestão comunitária dos recursos coletivos como produtoras de “desordem”, “ineficiência” ou mesmo como sintomas de “comportamentos irracionais”.

Entretanto, a existência de burocracias e elites governantes orientadas pelas normas do burocratismo burguês é plenamente compatível com o estímulo a *diferentes modalidades de desenvolvimento capitalista* (variando amplamente dentro dos limites de um capitalismo de Estado autocrático, até um capitalismo desregulamentado e “liberal-predatório”, passando por diversos gradientes ou vias de capitalismo regulamentado e distributivo), e com a implementação de políticas governamentais que priorizam os objetivos e interesses de segmentos distintos dos estratos dominantes. As autoridades políticas governamentais exercem essas prerrogativas assegurando, mediante imposição estatal, a hegemonia de um de seus subgrupos constituintes sobre outros no interior deste bloco, na medida em que estes subgrupos tenham passado por processos de diferenciação de interesses na esfera socioeconômica, adquirindo uma certa massa crítica para influenciar de maneira significativa as políticas alocativas macropolíticas, constituindo-se assim em “frações de classe”. Essa postura flexível das elites governantes no interior de um Estado capitalista é plenamente compatível com a existência de uma certa rigidez fundamentalista no tocante à interdição inexorável de qualquer proposta de controle imperativo do “povo” no processo decisório sobre investimentos econômicos e elaboração de políticas governamentais, não obstante esse mesmo “povo” ser erigido em fator de legitimação destas mesmas decisões (Bendix, 1978).

No contexto desse enquadramento teórico-metodológico mais geral, é preciso sublinhar que as convergências e coalizões de interesses dominantes locais e estrangeiros são centrais às possibilidades (ou impossibilidade) de algum desenvolvimento nos países dependentes, como tem sido observado pelos melhores analistas das práticas ou ações coletivas empresariais em países periféricos (Cardoso, 1969; Saes, 2014; Bresser-Pereira, 2014; Ianoni, 2018). Isto é, tentativas de elucidação dos obstáculos ao desenvolvimento engendrados pelo desenvolvimento



desigual e combinado do capitalismo em escala global precisam se centrar nas convergências e coalizões de interesses entre capitalistas nativos e seus pares estrangeiros, organizados no âmbito do Estado. Assim sendo, é neste papel do Estado e de sua capacidade de impor *policies* para uma determinada coletividade (ou melhor dizendo, de desenvolvimento de capacidades organizacionais e de coalizões interesses por parte das elites governamentais ou estatais) que se encontra uma explicação crucial para os *sucessos* ou *insucessos* nos processos de industrialização tardios, da ótica da conquista de posições mais vantajosas na ordem capitalista mundial, e da concretização de modelos de desenvolvimento econômico mais ou menos sustentáveis e inclusivos. Em suma: a presença de “idéias” e “elites” industrializantes por si mesmas são condições necessárias, mas não suficientes, para processos de industrialização soberana na periferia dos países capitalistas; é necessário que tais elites dirigentes desenvolvam uma série de capacidades administrativas, políticas e sociais que criem as coalizões de interesses capazes de conferir sustentação social e legitimidade política para a concretização de tais projetos de desenvolvimento.

Por sua vez, a presença de interesses capitalistas estrangeiros no bloco dominante das sociedades periféricas não elimina a autonomia estatal nativa (ou seja, a capacidades das elites estatais e da burocracia de estado de tomarem e implementarem decisões que não são redutíveis às demandas dos estratos economicamente dominantes), nem a soberania política formal de tais nações. Nos países que lograram maior avanço industrial, como o Brasil, dotado de empresas capitalistas relevantes, o desafio para os governos em alguma medida *nacionalistas* e *desenvolvimentistas* consiste justamente em tentar ampliar a autonomia do Estado para defender interesses econômicos nacionais e fortalecer as classes dominantes autóctones, dependentes de proteção estatal na competição com capitais externos, ao mesmo tempo em que busca atrair investimentos estrangeiros para o país, evitando o estagnacionismo e o isolacionismo autárquicos, mais próximo a projetos de desenvolvimento controlados por burocracias estatais adeptas de um capitalismo de Estado. Autonomia estatal que pode ser beneficiada por conjunturas internacionais de disputa por hegemonia ou de transição hegemônica entre as grandes potências globais.

Outra variável a ser levada em conta para a explicação das alternativas possíveis de desenvolvimento econômico nas sociedades da periferia do sistema capitalista é a emergência de conjunturas conflitivas entre classes antagônicas, ainda mais se a conjuntura econômica internacional for favorável (por exemplo, através de aumento de preços de determinadas mercadorias exportáveis ou pressões por quedas de barreiras alfandegárias, dumpings etc., por consumidores dos países capitalistas centrais). É certo que conjunturas conflitivas intensas entre



classes antagônicas também podem juntar decisivamente as frações de classe dominantes numa espécie de “partido da ordem” contra as classes dominadas. De todo modo, o que salientamos é que a vida política doméstica importa e muito para o equacionamento das relações econômicas entre os países, e que há uma conjuntura política complexa subjacente à implantação de diferentes políticas de governos. E a noção de autonomia relativa do Estado articula-se à de fracionamento de classes na medida em que alude à prerrogativa das elites estatais de gerenciar interesses conflitantes, chegando ao limite de contrariar demandas de curto prazo da própria fração de classe hegemônica nas sociedades capitalistas (Farias, 2014; Perissinotto, 2022).

Neste sentido, cabe registrar que, justamente por essas razões teóricas, a questão da relação entre sistema político e segmentação da classe dominante sempre foi central nos estudos críticos sobre desenvolvimento em países dependentes.⁶ No campo dependentista, a ideia de fracionamento aparece nas duas vertentes principais da denominada teoria da dependência (em estudos de Cardoso; Marini; Dos Santos; Bamberger), ao identificarem diferenciações no interior do que chamam de “burguesia nacional” (industrial, bancária, burguesia cafeeira, classe fundiária), em se tratando do Brasil, no sentido de burguesia brasileira, e não no da existência de uma burguesia nacionalista anti-imperialista (em conflito com uma “burguesia compradora”) ou anti-oligárquica (supondo-se a existência de uma classe capitalista, a burguesia industrial, em conflito com a classe fundiária aliada do imperialismo). Com efeito, a ideia de fracionamento é muito presente no pensamento social brasileiro, inclusive entre analistas que defendiam a existência de uma burguesia nacional nos países periféricos⁷.

Estudos recentes buscam se aprofundar na análise da configuração do bloco dominante e das práticas políticas das frações empresariais nas nações periféricas, detectando o entrecruzamento de diferentes sistemas de fracionamento onde, ao lado de uma burguesia nacionalista e de uma burguesia “associada” defensora de um alinhamento total com as nações dominantes, tem sido caracterizada uma “burguesia interna” como fração diferenciada do bloco

⁶ Como escreveu Boito (2023, p. 24), “o conceito de fração burguesa tem papel fundamental nas análises políticas de Marx e de Engels. Não foi criação de Nicos Poulantzas e nem da Terceira Internacional”. O autor observa que o fato de terem sido Marx e Engels “pioneiros no uso desse conceito”, que já aparece no *Manifesto Comunista*, não obriga ao seu uso teórico, em especial para se analisar o capitalismo contemporâneo. Porém, adverte que aqueles que desejam descartá-lo teriam de “realizar um exame crítico não apenas da obra de Nicos Poulantzas, mas também da obra de Marx, Engels, Lenin, Gramsci e outros clássicos da teoria marxista”.

⁷ Nas palavras de um dos principais formuladores da chamada “teoria da dependência”, em sua versão “marxista”, Teotônio dos Santos: “Não era possível, portanto, desprezar a luta interna gerada pelo avanço da industrialização dos anos 50. E a constatação da capitulação final da burguesia nacional não anulava totalmente seu esforço anterior. Camadas da tecnocracia civil e militar, setores dos trabalhadores e a própria burguesia nunca abandonaram totalmente o projeto nacional democrático. Mas ele perdeu seu caráter hegemônico, apesar de ter alguns momentos de irrupção no poder central durante a ditadura” (VVAA, 1997: p. 23).



dominante. Boito Jr. (2023), por exemplo, relaciona vários estudos nessa linha desenvolvidos no IFCH-Unicamp, que em especial operam com a tese da burguesia interna como uma força política decisiva no país⁸. A perspectiva é bastante produtiva para se refletir sobre as modalidades diferenciais de inserção externa de diferentes segmentos empresariais, uma vez que se baseia na clivagem entre capitais de origem nacional e estrangeira para se definir burguesia nacional, burguesia associada (compradora) e burguesia interna. Saes (2007) argumenta que, entre as dez maiores economias industriais do mundo, era inevitável que o Brasil contasse com burguesias associada e interna fortes, por conseguinte as disputas políticas refletiriam a presença das duas frações, expressas nos processos eleitorais desde 2002. Para o autor (Saes, 2007), o processo de abertura econômica e as privatizações dos anos 1990 não liquidaram a burguesia interna nem o setor público, e isso se deve à força política das camadas médias escolarizadas interessadas na expansão do intervencionismo estatal assim como da existência prévia de um espaço de acumulação privada de capital dinâmico (especialmente industrial) em certos países periféricos. A título de exemplo, segundo o autor, os maiores bancos continuaram sob controle do capital nacional, estatal e privado; no agronegócio é fortíssima a presença de grupos econômicos brasileiros e parte da burguesia industrial sobreviveu à abertura econômica. Nestes três segmentos estariam os representantes principais da burguesia interna, que nos governos Lula 1 e 2 conquistaram proteção estatal para expandir posições no mercado interno e apoio para internacionalização, sem abrir mão das bases autóctones de acumulação de capital, tornando-se assim empresas multinacionais com sede nas economias periféricas.

Muito resumidamente, a burguesia nacional seria distinguível pelas posições políticas nacionalistas e/ou anti-imperialistas; diferentemente da burguesia interna, que não costuma ser nem propriamente nacionalista nem anti-imperialista, tampouco completamente associada. A sua base de acumulação depende muito ou inteiramente do mercado interno e sua relação com capitais externos pode ser conflitiva, na medida em que mantém parcerias/interesses comuns com grupos capitalistas estrangeiros ao mesmo tempo em que luta por políticas estatais que a protejam na competição com o agente externo, no mercado doméstico e/ou internacional. Por

⁸ O conceito de “burguesia interna” foi elaborado pelo cientista político e sociólogo brasileiro Décio Saes a partir de algumas indicações existentes na obra de Nicos Poulantzas sobre o comportamento socioeconômico de uma “burguesia interior” nos países europeus (Saes, 2014). A partir daí, o conceito passou a ser empregado por vários de seus epígonos, constituindo-se em elemento central de suas análises políticas e de conjuntura (Boito, 2023). Por outro lado, outros autores também tem insistido nas complexidades da configuração do bloco dominante e do comportamento empresarial nas nações periféricas. Para a distinção entre o empresariado “nacional-dependente”, ou burguesia interna, e seus conflitos com os setores associados ao longo do processo de industrialização brasileira, cf. especialmente o trabalho de Bresser-Pereira (2015).



fim, a chamada “burguesia associada” (ou dependente) é praticamente porta-voz dos interesses imperialistas na economia dependente (Poulantzas, 1976; Saes, 2014; Boito, 2023; Souza, 2021).

A ideia de autonomia *relativa* do Estado, forjada em meio às disputas políticas no bloco no poder, é produtiva para se frear visões simplistas do Estado, tanto as que o concebem como arena neutra como as que o veem como mero *comitê executivo* dos negócios da burguesia estrangeira (financeira) e sócios locais, notadamente em se tratando dos Estados dependentes. Neste caso, a reflexão sobre a autonomia relativa tem de partir da situação de dependência da formação social na ordem capitalista mundial, pois à configuração da hegemonia no interior do bloco dominante importam as conexões com capitais imperialistas.

Neste ponto, seria possível considerar que a ascensão da China como potência mundial e parceira econômica importante do Brasil aparece como mais um elemento para se sustentar a existência de uma grande burguesia interna, sendo possíveis disputas de interesses dessa fração com os de capitais de origem estrangeira centrais ao entendimento da luta política no país. Aqui, vale destacar o qualificativo grande, antes de burguesia interna, no sentido sublinhado por Boito (2023, p. 6), que usa o adjetivo tanto para falar da burguesia interna como da associada:

Quando me refiro à burguesia associada, sempre utilizo também o adjetivo grande. E por quê? Porque sempre tive em mente que os interesses do médio capital, e portanto da média burguesia interna, eram relegados a segundo plano pela política econômica tanto dos governos tucanos, quanto dos governos do PT. A verdade é que a luta pela hegemonia no bloco no poder ao longo da história política recente do Brasil se deu e se dá, exclusivamente, entre duas frações do grande capital [burguesia associada e interna].

O autor também julgou necessário observar que as disputas de interesses entre as frações associada e interna da grande burguesia não excluem outros: “Não temos este ou aquele conflito, temos vários e o que a análise deve verificar é como eles se articulam, ou se entrelaçam, e se há uma hierarquia de importância entre eles” (Boito, 2023, p. 8). O que talvez valha a pena sublinhar é que burguesia interna não é o mesmo que burguesia nacional.

Lavín (2022, p. 11), depois de criticar a ausência de pesquisa empírica que comprove os pressupostos principais da TMD⁹, salienta que o maior acerto dos seus expoentes (no caso, está

⁹ Conforme Lavín: “los autores elaboraron una serie de argumentos con escaso apoyo empírico y que muchas veces se basaban en suposiciones cuestionables, como se aprecia en su incapacidad para demostrar cómo es que la superioridad económica de los capitales extranjeros se traducían en una ascendencia política, o incluso en una dominación de las economías desarrolladas sobre las dependientes. En esta dimensión, se aprecia notoriamente una confusa identidad entre capitales extranjeros y los países de los que provienen, que ha sido criticada antes por otros autores” (2022, p. 12).



se referindo a Bambirra, Dos Santos, Marini) foi ter identificado que “as burguesias nacionais eram mais capitalistas que nacionais, vale dizer, que seus interesses como classe estavam acima de qualquer eventual projeto nacional de industrialização” (tradução nossa). Em uma adaptação diríamos que a burguesia interna é mais capitalista que nacional/nacionalista e, como classe capitalista, tem conflitos pontuais com a burguesia associada e aqueles que essa representa.

Dessa ótica, neste texto se procurará demonstrar a proposição segundo a qual os principais segmentos empresariais presentes na delegação brasileira à China são aqueles que a literatura vem caracterizando como “burguesia interna”, ou seja, são atores que defendem uma *associação não-dependente com capitais estrangeiros*, inclusive os chineses, o que explicaria a postura de “pragmatismo adaptativo” e de maior independência revelada por esses segmentos empresariais ao longo das últimas conjunturas políticas no Brasil. Essa postura se expressou recentemente através de dois comportamentos políticos mais visíveis: a) em primeiro lugar, através da oposição à política externa do governo Bolsonaro em relação à China, por setores do agronegócio que apoiaram amplamente este governo, inclusive com seus representantes declarados ocupando cargos ministeriais importantes; b) em segundo lugar, de setores do mesmo agronegócio que manifestaram apoio à política de maior independência e aproximação com a China do governo Lula, mesmo sem aderir integralmente às estratégias de desenvolvimento desse governo ou à ideologia política defendida pelo partido do presidente. A intenção básica é demonstrar essa hipótese da existência de um comportamento de “burguesia interna” em segmentos do agronegócio enfocando a viagem recente de empresários brasileiros à China, no início do governo Lula 3.

Até este momento da investigação, chegamos aos seguintes achados empíricos principais: a) a maior parte dos empresários brasileiros presentes à delegação do Brasil à China compõe-se de lideranças do agronegócio e do setor exportador primário da economia, integrados a cadeias produtivas agroindustriais processadores de *commodities*, mas com alto valor agregado, diferenciando-se assim de uma fração de grandes e pequenos proprietários de terra sem investimentos comerciais ou manufatureiros em larga escala; b) pelo lado Chinês, há um certo equilíbrio entre empresas públicas e privadas, com predomínio das públicas. Do ponto de vista do comportamento político, muitos desses empresários revelam um comportamento de “pragmatismo adaptativo”, apoiando governos anteriores formados após a derrubada do governo de Dilma Rousseff, mas buscando uma reaproximação com governos de centro-esquerda formados após a vitória de Lula à presidência da República em 2022 (sem aderir, no entanto, integralmente às plataformas políticas desse governo). Mesmo no governo Bolsonaro, esse “pragmatismo adaptativo” se fez presente, levando o governo alinhado aos EUA, a moderar os



ataques à China, por pressão inclusive de líderes ruralistas pertencentes à própria equipe ministerial.

Finalmente, se os acordos com a China, estabelecidos durante a viagem, efetivamente prosperarem, esse “pragmatismo adaptativo” pode ser reforçado, ao encontro da autonomia estatal para aproveitar a conjuntura internacional de impasse hegemônico e crescente rivalidade geopolítica entre os segmentos hegemônicos dos EUA e China (rivalidade que expressa a dura competição entre setores empresariais hegemônicos vinculados ao complexo tecnológico-militar e de espionagem, por um lado, e à expansão tecnológica e de empresas de infra-estrutura, por outro). Pois, se seus interesses econômicos estão acima de projetos de desenvolvimento “à esquerda”, também devem estar acima das ideologias que “à direita” defendem o alinhamento estreito com o Ocidente, advindo dessas pressões cruzadas uma postura de pragmatismo ambivalente de segmentos empresariais brasileiros, nem sempre fácil de ser apreendido pelos analistas políticos das práticas políticas desta fração de classe.

3. MÉTODOS

A postura teórica acima tem algumas implicações metodológicas das quais destacamos as seguintes: a) em primeiro lugar, buscaremos focar o comportamento do segmento empresarial analisado nesse texto de maneira *relacional*, e não isoladamente, ou seja, buscando cotejar e comparar este comportamento com o de outros segmentos empresariais também atuantes na conjuntura que possuem relações diferenciais com o atual governo; b) em segundo lugar, caracterizar o comportamento do grupo analisado como uma *proxy* ou amostra representativa de uma subgrupo social mais amplo, ou seja, uma fração de classe; c) em terceiro lugar, buscaremos apreender o comportamento dessa fração não a partir de uma análise exaustiva de todas as suas ações no período analisado, mas através de alguns grupos representativos, que são as *elites políticas e econômicas* desta fração de classe atuantes num determinado momento. Esse enfoque também já foi utilizado por nós em estudos anteriores e também por outros analistas (Braga, 2002; Costa, 2014; Braga & Montrose, 2017).

Neste contexto, além da pesquisa de fontes bibliográficas secundárias para embasar a análise sobre as frações da classe capitalista, em especial sobre a burguesia interna, o método utilizado para abordar a viagem à China foi a prosopografia ou biografia coletiva dos atores (Braga, 2013), tanto das empresas presentes na delegação do governo brasileiro à China, como das organizações que assinaram os protocolos do governo brasileiro com o governo chinês.



No tocante às empresas, procuraremos, a partir de fontes primárias e secundárias, detectar os seguintes elementos nos intercâmbios firmados entre os países: a) a quantidade de atos diplomáticos formais de intercâmbio e associação firmados entre os dois países, de uma perspectiva longitudinal; b) o tipo de documentos assinados; c) a natureza dos atores envolvidos; d) a distribuição intersetorial dos acordos; e) o nível ou grau de implementação dos acordos.

Em relação aos empresários, buscaremos efetuar uma breve análise de seu perfil e comportamento político, articulando elementos quantitativos e qualitativos. No tocante ao seu perfil quantitativo, organizamos uma planilha com dados sobre os 102 empresários que integraram as delegações brasileiras à China a partir das seguintes variáveis: a) nome do empresário e das empresas às quais pertencem; b) setor desagregado no qual atuam predominantemente as empresas; c) setor agregado de atuação das empresas; d) atuação privada de maior destaque do ator observado; e) atuação pública de maior destaque do ator observado; f) se há evidência de participação política anterior do integrante da delegação nos dois últimos períodos governamentais, abrangendo tanto pronunciamentos sobre questões debatidas na arena pública, quando ocupação de cargos em diversas escalas. No tocante ao comportamento político buscaremos selecionar alguns fatos estilizados e declarações políticas públicas das lideranças empresariais vinculadas a este grupo, a fim de verificar seus pontos de vista em relação às políticas do governo Lula sobre as relações entre Brasil e China.

Isto posto, podemos partir para os resultados provisório a que chegamos aplicando este referencial teórico-metodológico.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO.

3.1. Análise quantitativa dos dados: perfil das empresas e empresários.

No tocante às empresas envolvidas e aos padrões dos protocolos firmados entre os países, já existem alguns estudos analisando de uma maneira geral as características dos acordos Brasil-China neste século, bem como apreendendo de forma sumária seus efeitos no sistema econômico brasileiro, embora sem inserir essa análise no contexto mais amplo de uma reflexão sobre as características das relações entre políticas governamentais e classes dominantes no Brasil. Para os nossos fins, destacamos o boletim publicado pelo *think thank Brics Policy Center* (BPC), por exemplo, o qual mapeia algumas das características dos acordos firmados entre os dois países entre 1999 e setembro de 2019, ou seja, no contexto imediatamente anterior à pandemia de



Covid-19 que, como se sabe, causou uma desaceleração das atividades econômicas dos dois países assim como dos demais atingidos pela pandemia (BPC, 2020).

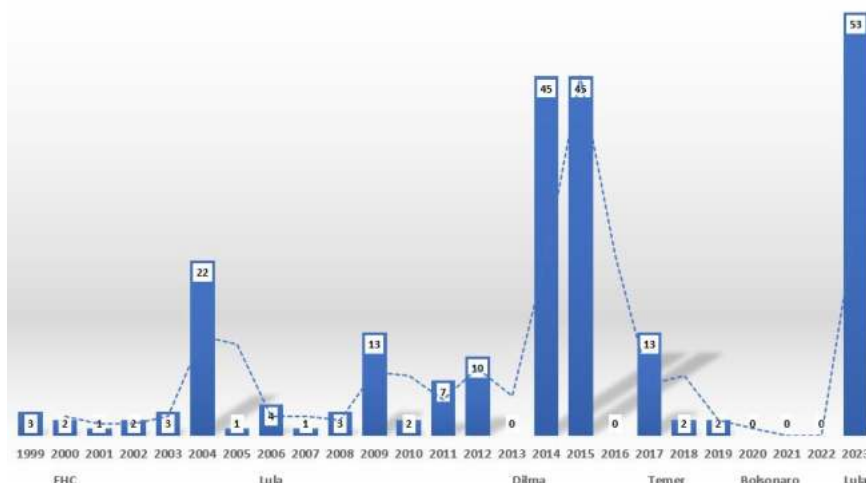
Segundo os dados do boletim do BPC, a dinâmica desses acordos tem as seguintes características mais importantes: a) no tocante à quantidade de acordos, uma maior concentração nos governos de Lula e Dilma, com picos de 22 acordos firmados em 2004 e 45 acordos firmados em 2014 e 2015, respectivamente); b) quanto ao tipo de documentos assinados, destacam-se os acordos comerciais e memorandos de entendimento, como as principais formas de colaboração entre os dois países, com grande destaque para os memorandos de entendimento; c) em relação à implementação dos acordos existe um alto percentual de acordos implementados, com 64,5% dos atos de intercâmbio realizados, embora com uma alta taxa de atos “Sem informação” sobre seus resultados (22,57%); d) sobre a natureza dos atores envolvidos, há forte predomínio das empresas estatais por parte da China (cerca de 85%) e de empresas privadas por parte do Brasil (cerca de 55,0%), com um total 72,5% de empresas públicas, somando os dois países; destaca-se pelo lado brasileiro a forte presença de estatais de fomento financeiro e de estímulo a cadeias produtivas como o BNDES e a Petrobrás; e) por fim, no tocante à distribuição setorial dos investimentos ele se revelou bastante diversificado, com um total de 13 setores beneficiados pelos acordos, com maior concentração em comércio e investimento (19,9%) e Ciência e Tecnologia (17,5%). Deve-se destacar que os autores do boletim não fazem nenhum estudo detalhado das empresas bem como dos segmentos empresariais envolvidos nesses acordos, procurando inserir esta análise em contextos sistêmicos mais amplos, como o que buscaremos fazer a seguir.

Apresentaremos agora os resultados de nossa pesquisa sobre os protocolos assinados pelos dois países. As questões que procuraremos responder são: os acordos firmados por Brasil e China reproduzem os padrões verificados no período pré-pandemia ou agregam algo em relação a eles? Como eles podem ser compreendidos dentro da lógica da política econômica do novo governo Lula e de seu relacionamento com os diversos segmentos empresariais?

No tocante à quantidade de atos formais de intercâmbio, verificamos um grande aumento em seu número, restaurando padrões vigentes no segundo governo Dilma. Com efeito, segundo nosso levantamento preliminar em fontes primárias e secundárias, foram firmados ao todo 53 atos formais até o momento da análise entre os dois países, superando inclusive o número de atos do segundo governo Dilma. Isso significa, evidentemente, um estreitamento das relações entre os dois países, e uma prioridade da nova equipe econômica em suas relações com a China, visando a atrair investimentos externos e beneficiar setores econômicos internos. A evolução do número de acordos ao longo dos anos pode ser vista no gráfico abaixo:



Gráfico 01- Número de acordos Brasil-China por ano e por governo (1999-2023)

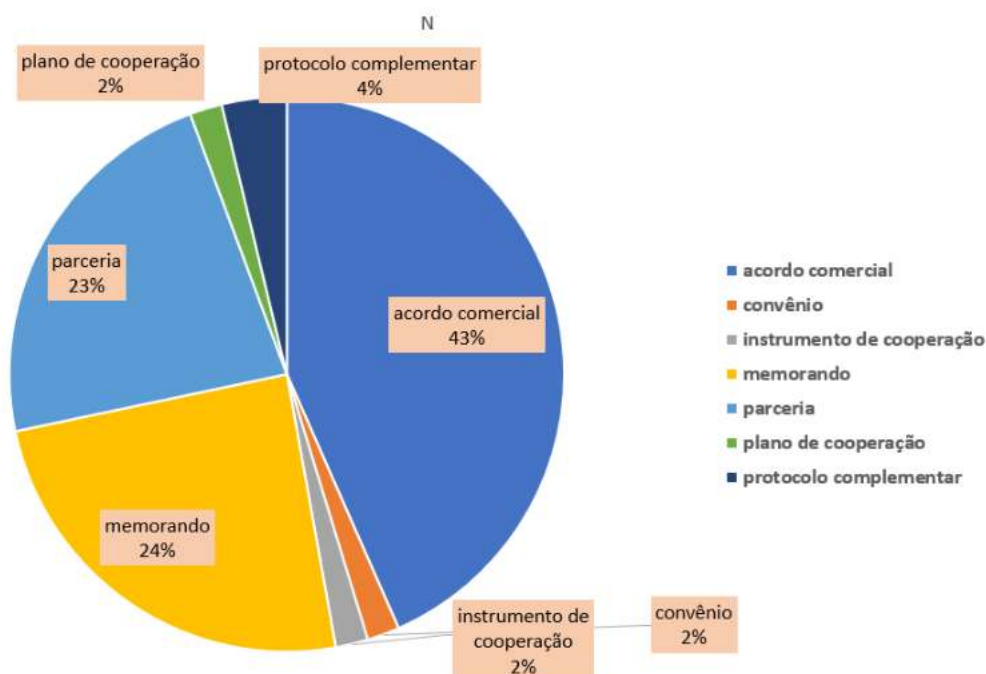


Fonte: BPC (2022) & elaboração dos autores.

Quanto ao *tipo de documentos* assinados, destacam-se os Acordos Comerciais e Memorandos de Entendimento, como as principais formas de colaboração entre os dois países, com grande destaque para os memorandos de entendimento. Esse padrão praticamente reproduz os padrões vigentes anteriormente. Entretanto, dessa feita podemos observar grande número de parcerias econômicas, o que pode indicar um maior pragmatismo e maior foco em resultados econômicos nas relações entre os dois países, especialmente da parte do Brasil.

Gráfico 02 – Tipo de documento assinado (atos de intercâmbio Brasil-China, 2023).





Fonte: elaboração dos autores.

Como esses acordos ainda estão em estágio inicial de implementação, torna-se evidentemente inviável apresentar dados sobre os resultados de sua execução. Entretanto, um dos propósitos da presente investigação (em andamento) será apresentar um modelo para monitoramento dos resultados produzidos por este tipo de convênio.

Outro indicador importante para caracterizar os padrões vigentes nos atos de intercâmbio entre ambos os países é a *natureza dos atores envolvidos*. Em relação a este quesito os dados indicam os seguintes padrões:

Tabela 01 – Natureza dos atores envolvidos

Tipo de empresa		Brasil	China	Total
Privada	N	17	8	25
	%	60,70%	24,20%	41,00%



Pública	R	1,6	-1,5	
	N	11	23	34
	%	39,30%	69,70%	55,70%
Mista-outras	R	-1,2	1,1	
	N	0	2	2
	%	0,00%	6,10%	3,30%
Total	R	-1	0,9	
	N	28	33	61
	%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaboração dos autores.

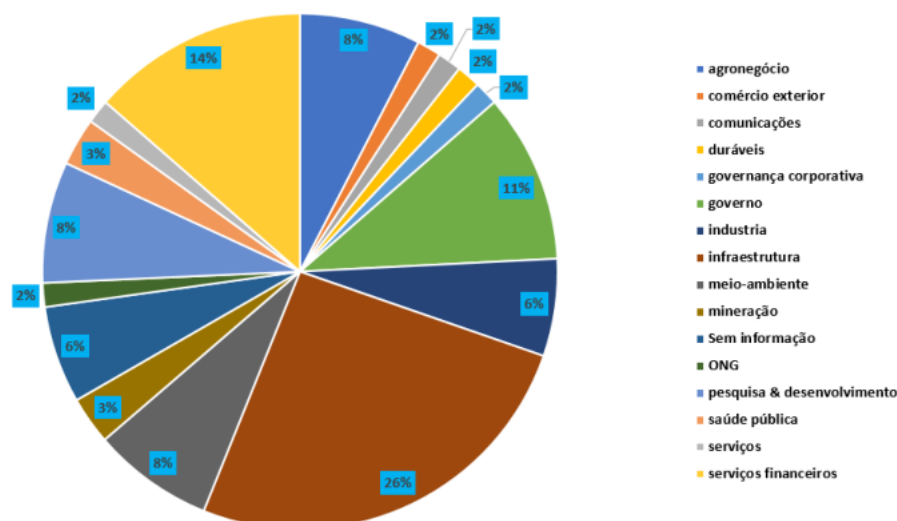
Com efeito, este é um dos dados mais sugestivos de nosso estudo. Ao contrário das formas de associação anteriores, onde havia forte assimetria entre ambos os países, com amplo predomínio de empresas públicas por parte da China e de empresas privadas por parte do Brasil, nos acordos firmados entre os dois países em 2023 essa assimetria reduziu-se. Embora ainda haja importância de empresas de propriedade estatal (55,70%), há forte presença de empresas privadas e um aumento do percentual de empresas privadas chinesas, indicando uma redução das assimetrias também entre os setores. Isso indica uma “filosofia” econômica menos assimétrica subjacente às associações, com uma visão menos “estatista” por parte da China e menos “privatista” por parte do governo brasileiro.

Por fim, no tocante à distribuição setorial dos investimentos, assim como nos intercâmbios anteriores, ele se revelou bastante diversificado, com um total de 15 setores beneficiados pelos acordos, com maior concentração em infraestrutura (25,8%), administração pública e relações intergovernamentais (10,6%), seguida por agronegócio e P&D (7,6%). Aqui também podemos observar uma certa reversão dos padrões anteriormente vigentes, com diminuição do peso dos segmentos relacionados à produção de *commodities*, e maior preocupação com investimentos em infraestrutura, relações intergovernamentais, P&D e transferência de tecnologia, especialmente por parte do governo brasileiro. Um elemento importante a ser observado é a ausência de empresas estatais que desempenharam um papel

importante nas rodas anteriores dos acordos, tais como o BNDES e a Petrobrás, ao menos nessa rodada dos intercâmbios¹⁰

Essa distribuição pode ser ilustrada pelo seguinte gráfico:

Gráfico 3 – Distribuição intersetorial dos acordos firmados entre os países



Fonte: elaboração dos autores.

Podemos agora analisar brevemente os perfis dos empresários presentes à delegação brasileira a China, elaborado a partir de dados oficiais e amplamente reverberados pela mídia corporativa, associações de classe e órgãos de associação de classe aquando da visita da delegação brasileira à China em março-abril deste ano. A partir das listas divulgadas em fontes oficiais e órgãos da imprensa organizamos uma lista dos empresários que fizeram parte da delegação e empregamos diversos indicadores para caracterizar seus perfis em múltiplas dimensões.

¹⁰ Deve-se observar que, embora na listagem dos contratos o BNDES não tivesse aparecido como sujeito contratante, o presidente da instituição integrou a delegação brasileira a China e negociou empréstimos dos bancos chineses ao banco público brasileiro. Cf. “Banco de desenvolvimento da China emprestará R\$ 6,5 bi ao Brasil, diz Mercadante” <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/04/14/banco-de-desenvolvimento-da-china-emprestara-r-65-bi-ao-brasil-diz-mercadante.ghtml> (acesso em fevereiro de 2024). Para informações sobre o papel da Petrobrás nos acordos anteriores firmados entre os dois países cf. a matéria: “Petrobras obtém empréstimo durante a visita de Lula à China”: <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1159345-5602,00-PETROBRAS+OBTEM+EMPRESTIMO+DURANTE+A+VISITA+DE+LULA+A+CHINA.html> (acesso em: dezembro de 2023).



O primeiro dado é sobre o perfil dos empresários agrupado por setores tais como foram divulgados pelas fontes oficiais:

Tabela 02 – Perfil dos empresários (ramo desagregado)

Ramo econômico	N	%
Algodão	5	4,9
Arroz	1	1
Carne bovina	43	42,2
Carne suína e aves	21	20,6
Celulose	4	3,9
Insumos	5	4,9
Multisetoriais	21	20,6
Óleos vegetais; soja	1	1
Reciclagem animal	1	1
Total	102	100

Fonte: elaboração dos autores.

Os primeiros dados são sobre os diferentes ramos de investimento das firmas nas quais atuavam os empresários segundo as fontes oficiais. Por estes dados, vimos um amplo predomínio dos setores de “carne bovina” (42,2%), seguidos por “carne suína e aves” (20,6%) e “multisetoriais” (20,6%). Ora, os primeiros dois setores são justamente aqueles prejudicados por políticas de restrição implementadas pelo governo chinês durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2023), o que revela a intenção do governo brasileiro de recuperar mercado dessas empresas prejudicadas em virtude destas sanções. Entretanto, duas questões poderiam ser formuladas a partir dessa tabela: a) em quais setores estariam as empresas produtoras dessas *commodities*? Elas estariam em segmentos de maior ou menor valor agregado?; b) que segmentos estariam abrangidos na rubrica “multisetoriais”?

Um início de resposta a estas perguntas pode começar a ser fornecida pela tabela abaixo. Para a elaborarmos, agregamos os setores conforme as características do produto; em seguida, agrupamos as firmas às quais pertenciam os executivos conforme o tipo global de atividade econômico em que se inseriam.



Tabela 03 – Perfil dos atores (setor a partir de perfil das empresas)

Tipo de atividade	N	%
Frigoríficos	61	59,8
Think thanks	11	10,8
Agricultura	9	8,8
Fertilizantes	5	4,9
Celulose	4	3,9
Universidades	4	3,9
Pecuária	3	2,9
Soja	2	2
Cooperativas	1	1
Montadora	1	1
Sementes	1	1
Total	102	100

Fonte: elaboração dos autores

Pela tabela acima verificamos que, embora integrados ao “agronegócio” de uma maneira geral, os atores pertencentes à delegação brasileira à China atuam, em sua maior parte, nos segmentos de frigoríficos, com destaque para a produção e exportação de processados animais com alto valor agregado e intensivos em tecnologia, que foram prejudicados pela política de restrições às importações brasileiras vigentes em governos anteriores, como já observado (59,8% dos atores presentes atuavam no setor de frigoríficos e associações de exportadores de processados de carne animal), seguindo-se associações de pesquisa que investigam a China (10,8% de executivos e consultores ligados e *think thanks* que investigam as relações Brasil-China). Esses dados relevam, a nosso ver, a intenção das autoridades governamentais de utilizar a viagem à China para fazer diplomacia econômica visando a recuperar posições dessas empresas no mercado chinês, ao mesmo tempo em que visa a promover uma (re) aproximação política com o chamado “agronegócio”.

Sabe-se, no entanto, que o agro é um setor heterogêneo, abrangendo segmentos de maior e menor valor agregado e uso intensivo em tecnologia, bem como setores de serviços de consultoria econômica e financeiros a ele vinculados (Cyryno, 2007. Para mapear esses atributos



promovemos nova agregação dos dados procurando apreender a posição das empresas no agro nesse ecossistema de agregação de valor, geração de empregos e de demandas por serviços subsidiários.

Tabela 04 – Perfil dos atores (setor agregado)

Cadeias Produtivas	N	%
Agricultura	14	13,7
Agroindústria	72	70,6
Educação	15	14,7
Indústria	1	1
Total	102	100

Fonte: elaboração dos autores

Pelos dados, verificamos que a imensa maioria dos atores que se deslocaram à China pertenciam à agroindústria e a instituições culturais e de educação, pesquisa e desenvolvimentos, sendo que apenas 14 deles atuavam exclusivamente na agricultura (13,7%) e apenas 1 era puramente industrial. Isso, a nosso ver, relativiza a ideia de que o atual governo, ao se aliar com segmentos do agronegócio, estaria estimulando apenas atividades de baixo valor agregado, adorando uma postura “antiindustrializante”. Ao contrário, é clara a opção do governo em se aliar com segmentos que também investem diretamente na indústria, e estão inseridos em cadeias de valor mais amplas que as do modelo agroexportador tradicional. Mais importante: esse sistema agroindustrial não é de propriedade estrangeira, como existente geralmente em sociedades orientadas exclusivamente para o setor de *commodities*, mas possuem *forte base interna e nacional*, caracterizando um segmento claramente interessado em políticas de estímulo e fomento ao mercado interno, como é típico aliás da postura de “burguesia interna”. A nosso ver, os analistas das políticas governamentais devem ter esse fator em mente ao analisar a política econômica e de inserção externa do atual governo brasileiro.

Além da inserção econômica, abordaremos também o perfil sociopolítico desses atores, tanto em sua dimensão privada ou profissional, com na dimensão pública, na medida em que efetuaram intervenções na esfera pública ou ocuparam cargos públicos ou governamentais. Para isso, agrupamos a inserção privada dos atores investigados em três categorias, as quais foram suficientes para mapear todo o universo de personagens investigadas: a) “empresários” são

aqueles que eram sócios efetivos ou proprietários das empresas, possuindo título de propriedade sobre as mesmas, segundo os vários cadastros empresariais disponíveis¹¹; b) a segunda categoria era a de atores que ocupavam cargos formais de direção nas empresas, sem evidências que fossem proprietários, sócios-constituintes, ou grandes acionistas das mesmas; a essa categoria de trabalhadores assalariados de alto escalão denominamos “executivos” ou CEOs; c) por fim, outros atores que são partes integrantes ou apoiadoras das atividades das firmas, mas que não possuem cargos formais nas mesmas, atuando mais como “consultores” ou conselheiros de tais empresas. Os dados levantados indicam o seguinte:

Tabela 05 – Perfil social dos atores (atuação privada mais elevada)

Inserção privada	N	%
Consultores	2	2
Empresários	31	30,4
Executivos	69	67,6
Total	102	100

Fonte: elaboração dos autores

Verificamos pelos dados que a imensa maioria dos atores que fizeram parte da delegação são “executivos” (67,6%) e “empresários” (30,4%), ou seja, atores diretamente envolvidos nas decisões de investimento e produção das firmas. Na prática, tal diferença é pouco significativa, já que os executivos atuam sob instrução direta dos empresários, proprietários e acionistas das firmas, inexistindo diferença significativa de comportamento econômico entre ambos. Entretanto, o fato de muitas das empresas terem escalado seus executivos mais importantes para cumprir missões na China, indica a importância dada pelo setor agroindustrial às relações com a China, já que via de regra os altos executivos das firmas executam ações que são de extrema relevância para o planejamento econômico e as estratégias de expansão das firmas. A nosso ver, isso indica também a intenção da diplomacia econômica governamental de conferir um caráter mais técnico e apolítico à viagem, utilizando como oportunidades para efetivamente fazer negócios com as firmas envolvidas, promovendo a expansão destas empresas.

¹¹ Enumerar os cadastros empresariais consultados.



No que se refere à atuação pública dos atores observados, agregamos categorias para os indivíduos em que foi observada alguma atuação pública ou política, além das atividades privadas já desempenhadas nas empresas. Para aqueles que não foi observada nenhuma atividade pública (ao menos nessa primeira rodada de investigação), conservamos a tipificação efetuada na rubrica anterior (empresários, executivos e consultores).

Tabela 06 – Perfil social dos atores (atuação pública mais elevada)

Atuação pública mais elevada	N	%
Consultoria política-advocacy	19	18,6
Coordenador da agenda legislativa	1	1,0
Deputado federal	1	1,0
Empresário	9	8,8
Executivo	49	48,0
Lider corporativo	13	12,7
Lider empresarial	6	5,9
Membro governo de transição	1	1,0
Político e líder corporativo	1	1,0
Presidente da Embrapa	1	1,0
Vice-prefeito	1	1,0
Total	102	100,0

Fonte: elaboração dos autores

Dos 102 atores que fizeram parte da delegação brasileira à China, coletamos evidências de alguma atuação pública ou política para 44 deles ($102 - 49 - 9 = 44$ ou 43,2%). Essa pode ser um percentual reduzido para o analista imbuído da expectativa de que a composição da delegação brasileira à China fosse essencialmente “política”, formada por lideranças empresariais comprometidas essencialmente com uma agenda diplomática ou de cunho político-ideológico com o país asiático (por exemplo, a adesão aos Brics), e não destinada a fazer negócios, dentro de uma perspectiva pragmática. Entretanto, mesmo quem não estava imbuído deste tipo de expectativa, não deve considerar como reduzido esse percentual. Na verdade, se considerarmos que muitos desses atores eram executivos e empresários efetivamente comprometidos coma

gestão quotidiana dessas firmas, podemos considerar como significativo o número de indivíduos que teve atuação pública prévia, destacando-se atividades de assessoria ou consultoria pública (por exemplo, participação em *think thanks* = 18,9%), lideranças corporativas de associações empresariais (12,7%), líderes empresariais que expressaram opiniões públicas mas sem cargo formal em associações (5,9%), além de outros cargos políticos residuais. Ou seja: esses dados nos permitem detectar um subgrupo de empresários efetivamente atuante na esfera pública, o que pode nos servir de base para inferir algumas características do comportamento setorial deste segmento.

Tabela 07 – Perfil político dos empresários (posicionamento sobre assuntos públicos)

Posicionamento público	N	%
Sem posicionamento	83	81,4
Com posicionamento	19	18,6
Total	102	100

Fonte: elaboração dos autores

Por fim, uma última dimensão de nossa análise foi se houve ou não posicionamento público desses atores em órgãos de imprensa, associações corporativas, ou mesmo em diversas plataformas digitais, como Youtube, redes sociais, órgãos de imprensa etc. Esses posicionamentos serviriam como uma “primeira aproximação” à caracterização do comportamento políticos desses segmentos, seguindo mais ou menos os procedimentos que seguimos em outros estudos (Braga & Montrose, 2013). Como podemos observar pelos dados da tabela acima apenas uma minoria de atores efetuou pronunciamentos se posicionando sobre temas públicos (18,9%), geralmente líderes das associações de classe que concederam entrevistas ou escreveram artigos sobre temas de ordem política. Esse dado indica o papel aparentemente apolítico e essencialmente econômico que o governo brasileiro quis imprimir à visita da delegação brasileira à China, destinada num primeiro momento a restaurar laços econômicos antes enfraquecidos e (re) ocupar segmentos do mercado chinês antes interditados a setores empresariais brasileiros, ou que foram prejudicados durante a Pandemia sanitária e psíquica que assolou o país entre 2019 e 2022, o que talvez explique o alto percentual de executivos vinculados a segmentos agroindustriais na delegação brasileira.



Por enquanto, esse trabalho quantitativo preliminar nos permitiu coletar evidências de que esses segmentos empresariais analisados se comportam como “burguesia interna” fato que veremos brevemente no próximo item.

3.2. Análise qualitativa dos dados: o posicionamento dos atores na esfera pública.

Algumas das empresas que foram a China estão entre as favorecidas, nos governos do PT anteriores, pela política do BNDES de incentivo a campeãs nacionais, norteadas pelo objetivo de criar/fortalecer grandes grupos capazes de competir internacionalmente, política que motivou muitas críticas, sobretudo da parte de economistas do campo liberal, que condenaram os custos do diferencial entre os juros pagos pelo Tesouro e os praticados pelo BNDES e o favorecimento de poucas empresas ligadas a setores considerados de baixa inovação e valor agregado.¹² Na visão dele e de vários outros economistas liberais, o Estado estaria subsidiando os empréstimos feitos pelo BNDES a empresas que poderiam levantar recursos no mercado privado, empresas pouco diversificadas e sem atuação nos setores tecnológicos mais avançados. Também houve críticas da parte de economistas heterodoxos, em geral não eram contrários à política de incentivo a campeãs nacionais, mas críticos de algumas *escolhas*.¹³

Entre as eleitas estava o grupo JBS, que se transformou em um líder mundial da indústria alimentícia, em especial a ligada ao processamento de carnes, e hoje está entre os que mais geram empregos no Brasil.¹⁴ Outras escolhas também são bastante defensáveis, como a estatal Petrobras (grande responsável pelo crescimento da economia nos governos Lula 1 e 2), a empresa VALE S.A., também a EMBRAER, pois fortalece-las e tentar mantê-las em mãos nacionais era o esperado de governos nacionalistas (na medida do possível). Em se tratando das grandes

¹² Por exemplo, Mansueto Almeida, que viria a ser secretário do Tesouro Nacional do governo Bolsonaro, foi um dos principais críticos da atuação do Banco, expostas em várias entrevistas e opiniões dadas em matérias nos meios de comunicação. Na revista *Piauí* (out. 2010) questionou o apoio ao grupo JBS/Friboi: “Qual o sentido do BNDES fazer um investimento tão grande em um setor exportador de *commodities*? (...) Apenas para se ter uma empresa global?”. Ver também

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,economistas-divergem-sobre-papel-do-bndes,186156e>, acesso em 18/01/2021. Após sair do governo, Mansueto foi agraciado com o cargo de economista-chefe do BTG-Pactual, banco cujo principal acionista é o ex-ministro da Fazenda, Paulo Guedes, num típico procedimento daquilo que antigamente se denominava “porta giratória”.

¹³ Ver o Revista *Piauí*, out. 2010, disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-desenvolvimentista/>, acesso em 01/02/2024.

¹⁴ Ver matéria a respeito, disponível em <https://istoedinheiro.com.br/jbs-aos-70-anos-a-global-de-alimentos-dobra-a-aposta-no-brasil/>, acesso em 01/02/2024.



empreiteiras, vale destacar a ODEBRECHT, que se não tivesse sido atropelada pela Operação Lava Jato, provavelmente estaria igualmente entre as grandes geradoras de emprego e renda no país. A empreiteira mudou de nome, para Novonor, esteve na comitiva à China e vem se recuperando, inclusive nas instâncias judiciais.¹⁵

Não cabe aqui avaliar os resultados dessa política, apenas gostaríamos de registrar que, apesar de representantes da grande burguesia interna estarem entre os escolhidos do BNDES, isso não impediu o apoio ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, ou ao menos a não manifestação de apoio explícito diante da evolução do processo (Braga; Montrose, 2017¹⁶). No entanto, parecem satisfeitos com a reaproximação entre Brasil e China, como afirmou Wesley Batista, cofundador e acionista da JBS: "Acredito que o Brasil voltou e é a bola da vez"¹⁷. Como outro exemplo para caracterizar o comportamento empresarial no tocante à inserção externa do Brasil no mundo atual, indicativo de indícios do comportamento de burguesia interna, encontra-se no artigo intitulado: "Alimentos não têm partido político", publicado por Ricardo Santin, presidente da ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal), no qual afirma:

Santin ressaltou que alimentos não têm viés político e a economia do país não deve ser ideologizada. "É importante dizer que o alimento não tem partido político. Só o nosso setor (de proteína animal) por exemplo já trouxe ao Brasil mais de meio trilhão de dólares em receita", afirmou. (...) "Às vezes, os governos pronunciam coisas, ideologias, mas a verdade é que o que estamos vivendo agora é que temos um ministro [Carlos Fávaro, da Agricultura] que está sendo absolutamente profissional, ligado ao setor e que sabe muito bem da sua importância".¹⁸

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁵ Uma ajuda decisiva veio com a conquista da suspensão das suas multas. Ver <https://www.cartacapital.com.br/justica/toffoli-suspende-multas-da-novonor-ex-odebrecht-e-abre-caminho-para-renegociacao-do-acordo-de-leniencia/>, acesso em 01/02/2024.

¹⁶ Sobre o posicionamento de vários representantes de vários setores, ver também Valle e Narciso (2021).

¹⁷ A afirmação está em uma matéria super favorável ao grupo, que todavia não menciona que se trata de uma campeã nacional. Disponível em <https://istoedinheiro.com.br/jbs-aos-70-anos-a-global-de-alimentos-dobra-a-aposta-no-brasil/>, acesso em 01/02/2024.

¹⁸ O vídeo bastante ilustrativo com as declarações do empresário está disponível na internet e pode ser consultado ao lado. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/agro/noticias/video-alimentos-nao-tem-partido-politico-afirma-ricardo-santin-da-abpa-16600803>, acesso em 01/02/2024.



Podemos resumir alguns dos principais achados desse artigo, efetuar algumas inferências a partir da problemática expressa no texto, bem como indicar alguns problemas a serem melhor abordados e tratados posteriormente.

Até o momento da redação desse texto chegamos aos seguintes achados empíricos principais: a) a maior parte dos empresários brasileiros presentes à delegação do Brasil à China compõe-se de lideranças do agronegócio e do setor exportador primário da economia, integrados a complexos agroindustriais processadores de *commodities*, e a agroindústrias de alto valor agregado e capacidade de geração de empregos internos; b) pelo lado chinês, há um equilíbrio entre empresas públicas e privadas, com predomínio das públicas. Do ponto de vista do comportamento político, muitos desses empresários revelam um comportamento de “pragmatismo adaptativo”, apoiando governos anteriores formados após a derrubada do governo de Dilma Rousseff, mas buscando uma reaproximação com governos de centro-esquerda formados após a vitória de Lula à presidência da República, sem aderir, no entanto, integralmente às plataformas políticas desse governo.

Segundo nosso ponto de vista esse é um comportamento típico de “burguesia interna”, tal como vem sendo caracterizado por diferentes autores (Berringer, 2015, 2020). Por um lado, inversamente ao que defende uma suposta “burguesia nacional”, busca uma associação com capitais estrangeiros, aceitando integrar-se de forma secundária ou subordinada à dinâmica de acumulação de capital e às cadeias produtivas de economias mais desenvolvidas. Por outro lado, inversamente ao comportamento de “burguesia associada” revela uma certa autonomia política e ideológica em relação à potência econômica na região (no caso, os EUA), ao buscar outras parcerias externas que fortaleçam sua base de acumulação interna e expansão econômica no país-sede (no caso, o Brasil), sem renunciar a seu caráter de empresa predominantemente nacional com base local. Por fim, podemos afirmar que esse segmento empresarial revela um certo comportamento *progressista*, ao associar-se a governos de centro-esquerda comprometidos com a implementação de políticas sociais e intervencionistas, no plano interno, e de maior autonomia geopolítica e afirmação da independência nacional no plano externo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BENDIX, R. (1978). *Kings or people: Power and the mandate to rule.*, books.google.com, https://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=caIwDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR10&dq=bendix&ots=20Zd7LNSNL&sig=9R-L79h_hmEW3D53eskwWfVoxlM
- BENDIX, R. (1964). *Nation-building and citizenship: Studies of our changing social order.* Berkeley: University of California Press.
- BERRINGER, T. (2015). Frações de classe, hegemonia e política externa. *Revista de Estudos Internacionais*, v. 6, p. 5-21, 2015.
- BERRINGER, T.; BELASQUES, B. (2020) As relações Brasil-China nos governos Lula e Dilma: burguesia interna e subordinação conflitiva. *Carta Internacional*, 15(3), 2020.
- BPC/BRICS POLICY CENTER. (2020). *Fact sheet; acordos Brasil-China.* Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/en/> (último acesso em: fevereiro de 2024).
- BOITO JR, A. *Reforma e Crise Política no Brasil: os Conflitos de Classe nos Governos do PT.* 1ª edição. São Paulo: Editora UNICAMP/Editora UNESP, 2018.
- BOITO JR, A. (2023). Polêmica sobre o fracionamento da burguesia no processo político brasileiro. *Cadernos Cemarx*, 17, e023010-e023010.
- BRAGA, Sérgio. (2002). Elites políticas e alternativas de desenvolvimento na redemocratização de 1945-1946. *História Econômica & História de Empresas*, São Paulo: ABPHE/Hucitec, v. 2, p. 75-106.
- BRAGA, S.; MONTROSE, E. (2017). Do questionamento da política econômica do governo Dilma à campanha pelo “Impeachment Já”: a ação política das frações empresariais brasileiras nas mídias sociais na conjuntura recente. In: Carlo José Napolitano, Maximiliano Martín Vicente e Murilo César Soares. (Org.). *Comunicação e Cidadania Política*. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, v. 1, p. 127-159.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2014). *A Construção Política do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora 34 Ltda.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1969). *Ideologias de la burguesia industrial em las sociedades dependientes (Argentina y Brasil)*. 2 ed. Buenos Aires: Siglo XXI.
- COSTA, P. R. (2014). Elite empresarial e elite econômica: o estudo dos empresários. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), v. 22, p. 47-57.
- CYRINO, Thiago Nogueira. (2017). *A cadeia produtiva da carne e a política neodesenvolvimentista dos governos Lula (2003-2010)*. IFCH: Unicamp, Dissertação de Mestrado.
- DOS SANTOS, T. (1998). La teoría de la dependencia: un balance histórico y teórico. *Los retos de la globalización. Ensayo en homenaje a Theotonio Dos Santos*, 93-151
- IANONI, M. (2013). Autonomia do Estado e desenvolvimento no capitalismo democrático. *Revista de Economia Política*, v. 33 (4), outubro/dezembro 2013.
- IANONI, M. (2018). *Estado e coalizões no Brasil (2003-2016): social-desenvolvimentismo e neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- IGLECIAS, W. T. (2007). O Empresariado do Agronegócio no Brasil: Ação coletiva e formas de atuação política: Estudo de caso das batalhas do açúcar e do algodão na Organização Mundial do Comércio? *Revista de Sociologia e Política*, v. 28, p. 195-217, 2007.



- LAVIN, S. O. (2022). Burguesías nacionales y acumulación de capital en América Latina. Luces y sombras en la teoría marxista de la dependencia. *Revista Izquierdas*, 51, mayo 2022: 1-14.
- MANCUSO, W. P. (2007). O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia e Política*, v. 28, p. 131-145, 2007.
- MANCUSO, W. P. (Org.) ; LEOPOLDI, M. A. P. (Org.) ; IGLECIAS, W. T. (Org.) . *Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil: novas teorias, novas trajetórias*. 1. ed. São Paulo: Editora de Cultura, 2010. v. 1. 320 p.
- MARTUSCELLI, D (2018). Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. *Crítica Marxista*.
- MUTTI, A, & SEGATTI, P. (1979). A burguesia de Estado: Estrutura e funções da empresa pública, Rio de Janeiro: Zahar.
- POULANTZAS, N. (1976). *The crisis of dictatorship*; Portugal, Grece and Spain. London: New Left Review Books.
- SAES, D. A. M. (2014). As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. In. Pinheiro, M. (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo. Boitempo.
- SAES, D. A. M. (2007). Modelos políticos latino-americanos na nova fase da dependência. In Nogueira, F. M. G.; & Rizotto, M. L. *Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil*. São Paulo. Xamã.
- SAES, D.; FARIAS, F. (2021). Reflexões sobre a teoria política do jovem Poulantzas (1968-1974). Marília: Lutas Anticapital.
- SOUZA, A. M. (2021). *Dependência e governos do PT*. São Paulo: Editora Appris.
- VALLE, A. F., & NARCISO, P. F. (2021). *A burguesia brasileira em ação*. De Lula a Bolsonaro. São Paulo: Enunciado.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER:

Sérgio Braga (UFPR): Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR), pesquisador do Instituto Nacional em Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD) e Bolsista Produtividade em Pesquisa nível 2 no CNPQ. Bacharel em Ciência Política pela Unicamp e em Ciências Econômicas pela UFPR, com mestrado em Ciência Política pela Unicamp (1996) e doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp (2008). Membro da Rede China e América Latina: Abordagens Multidisciplinares (REDCAEM).

Angelita Matos Souza (UNESP): Professora Assistente Doutora (Livre-Docente) no Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (IGCE, UNESP), Câmpus de Rio Claro/SP, lotada no Departamento de Geografia e Planejamento Ambiental (DGPA). Bacharel em Ciências Sociais pela Unicamp, com mestrado em Ciência Política pela Unicamp e doutorado em Economia pela Unicamp. Membro da Rede China e América Latina: Abordagens Multidisciplinares (REDCAEM).

